

II. SECRETARIA-GERAL

SECRETARIA-GERAL

O Capítulo XVI da Carta estabelece as atribuições e funções da Secretaria-Geral, órgão central e permanente da OEA, sediado em Washington, D.C. O Secretário-Geral, eleito pela Assembléia Geral, dirige a Secretaria-Geral, é seu representante legal e participa com direito a palavra, mas sem voto, de todas as reuniões da Organização. O Secretário-Geral pode levar à atenção da Assembléia Geral ou do Conselho Permanente qualquer assunto que, a seu ver, possa afetar a paz e a segurança do Hemisfério ou o desenvolvimento dos Estados membros. Compete ao Secretário-Geral estabelecer as dependências necessárias na Secretaria-Geral, determinar o número de funcionários, nomeá-los, regulamentar suas atribuições e deveres e fixar sua remuneração. O Secretário-Geral Adjunto, também eleito pela Assembléia Geral, é o Secretário do Conselho Permanente. Tem o caráter de funcionário consultivo do Secretário-Geral, cujas funções exerce durante sua ausência temporária ou impedimento definitivo. Atua como delegado do Secretário-Geral em tudo aquilo de que for por ele incumbido.

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

De acordo com a ação e a política decididas pela Assembléia Geral e com as resoluções pertinentes dos Conselhos, o Gabinete do Secretário-Geral, nos termos do artigo 111 da Carta, exerce as funções de alta direção vinculadas à promoção das relações econômicas, sociais, jurídicas, educacionais, científicas e culturais entre todos os Estados membros da Organização.

Atividades

Ao longo do último ano, as atividades do Gabinete do Secretário-Geral orientaram-se pela agenda hemisférica e pelos mandatos que os órgãos políticos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo da região definiram. Nesse sentido, foram apoiados e complementados os esforços dos vários órgãos, unidades e departamentos da OEA numa ampla gama de temas: a promoção e defesa da democracia representativa; a defesa dos direitos humanos; a promoção da integração e do livre comércio como instrumentos de prosperidade; o desenvolvimento do turismo e das telecomunicações; o combate à pobreza e à discriminação; a preservação do meio ambiente e a busca do desenvolvimento sustentável; a luta contra o crime e a prevenção da delinquência; o desenvolvimento da ordem jurídica interamericana; o estímulo à cooperação solidária entre os países das Américas com vistas a lograr sua prosperidade e desenvolvimento; e o combate à corrupção, ao abuso de drogas e ao terrorismo.

Apoio à democracia

Em 2002, os esforços de fortalecimento e defesa da democracia concentraram-se nos casos do Haiti e da Venezuela. No Haiti, o Secretário-Geral manteve invulnerado o seu compromisso com as negociações entre o governo e os vários partidos políticos opositores no sentido de encontrar pontos de acordo para a solução da crise desencadeada pelas eleições legislativas de maio de 2000. O Secretário-Geral apoiou firmemente os esforços do Secretário-Geral Adjunto, Luigi Einaudi, e em cumprimento da resolução CP/RES. 806 do Conselho Permanente designou o Senhor David Lee para chefiar a Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti e ser seu representante especial nesse país, bem como nomeou o Senhor Denneth Modeste como Diretor do Escritório da Secretaria-Geral no Haiti.

A Carta Democrática Interamericana foi aplicada pela primeira vez no caso da Venezuela. Em virtude do rompimento constitucional ocorrido nesse país em decorrência dos acontecimentos de 11 de abril de 2002, o Conselho Permanente pronunciou-se mediante a resolução CP/RES. 811 (1315/02), “Situação na Venezuela”. Por mandato do Conselho Permanente, o Secretário-Geral foi à Venezuela preparar um relatório sobre a situação reinante, o qual foi apresentado ao período extraordinário de sessões da Assembléia Geral, realizado em 18 de abril de 2002.

Dado que o Conselho Permanente e a Assembléia Geral atribuíram ao Secretário-Geral o mandato de continuar acompanhando a situação na Venezuela, a OEA vem prestando ativo apoio a esse país. A convite do Governo da República Bolivariana da Venezuela e da oposição, representada pela Coordenadora Democrática, a Organização iniciou um trabalho de aproximação para o diálogo. As duas partes acordaram solicitar ao Secretário-Geral que atuasse como facilitador neste processo. Iniciada esta etapa, assinou-se o documento “Síntese operacional”, do qual constavam os parâmetros para a instalação de uma mesa de negociação e a discussão de diferentes acordos. Esse documento também reiterava a solicitação expressa de que o Secretário-Geral exercesse o papel de facilitador.

A primeira reunião entre as partes foi realizada em 8 de novembro de 2002 e, desde esse dia, a Organização, juntamente com o Centro Carter e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem apoiando o processo de diálogo acima citado. A mesa de negociação vem desde então funcionando, com as dificuldades que o ambiente de polarização suscita. Até a data, foi assinado um documento importante, a “Declaração pela paz e a democracia na Venezuela”. A OEA, na pessoa de seu Secretário-Geral ou do representante deste, continuará apoiando a Venezuela no que seu governo solicitar e com a ajuda técnica necessária para a realização, se cabível, de um processo eleitoral.

Segurança hemisférica

Mediante a Ordem Executiva Nº 02-06, de 27 de junho de 2002, o Secretário-Geral traçou sua estratégia de fortalecimento institucional no campo da segurança. Esta ordem não foi implementada na sua totalidade por várias razões, como a limitação das dotações orçamentárias e o atendimento dos eventos na Venezuela e no Haiti, para citar apenas alguns dos temas que consumiram boa parte do tempo da Secretaria-Geral e da Secretaria-Geral Adjunta. Tal ordem é, entretanto, fundamental como referência para uma análise minuciosa do esquema institucional de atendimento dos temas de segurança na OEA.

Nesse sentido, decidiu-se criar três dependências no âmbito da Secretaria-Geral a fim de institucionalizar e coordenar o apoio de secretaria a missões especiais encarregadas de solucionar conflitos internacionais e às comissões e atividades da Organização relacionadas com a segurança: o Serviço de Representantes Especiais do Secretário-Geral; o Escritório de Serviços Políticos Especiais e a Comissão de Coordenação para Assuntos Políticos Especiais.

Prevenção de conflitos

Após dois anos de trabalho, o processo de conciliação da controvérsia territorial entre Belize e a Guatemala foi concluído em 30 de setembro de 2002, mediante a apresentação das propostas dos conciliadores para uma solução justa e equitativa.

Desde maio de 2000, os Governos de Belize e da Guatemala, tendo o Secretário-Geral da OEA como testemunha de honra, manifestaram seu acordo em buscar uma solução definitiva para a diferença territorial entre ambos mediante um painel de conciliadores e a facilitação, pela OEA, do processo pertinente. As partes também acordaram a criação de uma zona de adjacência de um quilômetro de profundidade ao longo de cada lado da zona fronteira, a fim de proteger as populações da região limítrofe de eventuais excessos de parte de alguma autoridade. Nesse sentido, acordou-se a realização de patrulhamentos conjuntos das forças de segurança de ambos os países e a emissão de aviso prévio de um país ao outro quando do deslocamento de tropas.

A proposta dos conciliadores, no tocante aos assuntos terrestres, define as coordenadas da fronteira entre os dois países e a constituição de uma comissão técnica para proceder à demarcação e densificação populacional da linha de fronteira e sua manutenção futura. Aborda o caso da população de Santa Rosa e define a opção que tem esta de ali permanecer ou de transferir-se para um lugar de sua preferência com a ajuda financeira do Fundo de Desenvolvimento.

No que respeita à parte marítima, os seguintes princípios básicos foram estabelecidos: a fronteira marítima entre os mares territoriais de Belize e da Guatemala é a Linha de Equidistância; Belize aceita a Linha de Fechamento da Baía para a baía de Amatique, entre o cabo Tres Puntas e a margem sul do rio Sarstún; a Guatemala e Honduras aceitam o Sistema de Linha de Base Reta publicado por Belize; a Guatemala e Belize aceitam o Sistema de Linha de Base Reta publicado por Honduras. Além disso, concedeu-se à Guatemala um corredor de acesso com direitos irrestritos de navegação que se estenderá por duas milhas

em ambos os lados da linha de equidistância que separa o mar territorial de Belize do mar territorial de Honduras. A mencionada proposta estabelece uma Comissão Regional Tripartite de Administração da Pesca para o golfo de Honduras, sob a presidência rotativa de Belize, da Guatemala e de Honduras. Esta comissão tripartite terá, nos termos do Direito Internacional, faculdades de administração, conservação a longo prazo e uso sustentável das espécies de peixes tranzonais e dos cardumes altamente migratórios localizados nas Zonas Econômicas Exclusivas de Belize, da Guatemala e de Honduras.

Dado o fato de que o golfo de Honduras é uma zona transfronteiriça dotada de diversidade ecológica de que Belize, a Guatemala e Honduras compartilham, bem como os interesses econômicos comuns desses três países nessa zona, medidas adequadas foram tomadas a fim de manter sua viabilidade. O mecanismo acordado para coordenar e harmonizar a manutenção desses recursos compartilhados é um parque ecológico trinacional de uso múltiplo cujo atributo essencial é a sua destinação à conservação dos recursos da zona em questão, em que se incluem especialmente os recursos marinhos, e ao desenvolvimento do ecoturismo sustentável. Uma característica particular do regime acordado é que, embora essas três zonas estejam sujeitas ao controle administrativo dos respectivos países no momento da entrada em vigor dos Tratados de Solução da Controvérsia, os direitos de acesso às mesmas e de seu desfrute pelos cidadãos dos três países signatários serão garantidos, levando-se em devida conta a finalidade de conservação do Parque Ecológico, os termos da legislação geral dos respectivos países e as decisões que a Comissão do Parque Ecológico Belize-Guatemala-Honduras adotar.

Por último, previu-se o estabelecimento de um Fundo Fiduciário de Desenvolvimento para promover atividades de desenvolvimento nos países envolvidos no processo de conciliação. Esse fundo será empregado especificamente no alívio da pobreza extrema e da carência de terras nas províncias fronteiriças da Guatemala, ao estabelecer um assentamento humano especial, o desenvolvimento e proteção do Parque Ecológico Belize-Guatemala-Honduras e a implementação destas propostas e dos Tratados de Solução da Controvérsia.

Apoio à Comissão de Segurança Hemisférica

A Secretaria-Geral proporcionou à Comissão de Segurança Hemisférica o apoio administrativo e técnico necessário para o cumprimento, por esta Comissão, dos mandatos que a Assembléia Geral de Barbados e a Cúpula das Américas de Québec lhe outorgaram. Como parte de suas tarefas, a Secretaria-Geral prossegue na elaboração de um inventário das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e de um registro dos peritos na matéria que anualmente são distribuídos aos Estados membros. A Secretaria-Geral ofereceu assessoramento e apoio técnico para os trabalhos da Comissão de Segurança Hemisférica, e de modo especial para a elaboração e organização de documentos de apoio às reuniões preparatórias da Conferência Especial sobre Segurança que será realizada no México, tais como o “Compêndio de novos enfoques sobre segurança hemisférica” e diversos documentos analíticos relacionados com esse compêndio.

Com a cooperação do Governo dos Estados Unidos, a Secretaria-Geral adiantou o desenvolvimento de um sistema eletrônico para a apresentação, pelos Estados membros, de seus relatórios sobre a aplicação de medidas de fortalecimento da confiança e da segurança, bem como para sua coordenação com organismos afins, como o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD). Este sistema deverá começar a funcionar em 2003.

Em cumprimento aos mandatos da Assembléia Geral, a Secretaria-Geral da OEA adotou várias medidas para atender às preocupações especiais de segurança dos pequenos Estados insulares. Nesse sentido, participou dos preparativos da Segunda Reunião de Alto Nível sobre as Preocupações Especiais de

Segurança dos Pequenos Estados Insulares, realizada em São Vicente e Granadinas, de 8 a 10 de janeiro de 2003. Nesta reunião foi apresentado um relatório sobre o progresso no estudo da segurança do transporte de rejeitos nucleares pelo Caribe.

Em atenção à resolução AG/RES. 1800 (XXXI-O/01), a Secretaria-Geral prestou apoio administrativo e de secretaria à Comissão Consultiva da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos.

Prevenção da violência

As atividades de prevenção da violência nas Américas continuam a ser atentamente seguidas pela Coalizão Interamericana para a Prevenção da Violência, estabelecida em junho de 2000, da qual são membros a OEA, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Banco Mundial e os Centros para o Controle e a Prevenção de Doenças (CDCs). Uma reunião para examinar os avanços de seu plano estratégico foi realizada em 7 de outubro de 2002

Terrorismo (Apoio ao CICTE)

Para a comunidade americana e para a Secretaria-Geral, o combate ao terrorismo permanece como uma prioridade hemisférica. Avançou-se, por conseguinte, no apoio e atendimento das necessidades e exigências do CICTE, em sua condição de instrumento da ação da OEA na luta contra o terrorismo.

O CICTE realizou dois períodos extraordinários de sessões, em 15 de outubro e 29 de novembro de 2001, cujo epicentro foram os trágicos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. O Segundo e o Terceiro Período Ordinário de Sessões do CICTE foram realizados em 28 e 29 de janeiro de 2002, em Washington, e de 22 a 24 de janeiro de 2003, em El Salvador. O objetivo de ambos foi operacionalizar a vontade política do Continente para o combate ao flagelo do terrorismo.

No Segundo Período Ordinário de Sessões do CICTE, os Estados membros da OEA apresentaram seus relatórios sobre as medidas adotadas em cumprimento à resolução da Vigésima Terceira Reunião de Consulta, realizada em 24 de setembro de 2001, em Washington, e aprovaram um documento do qual constavam recomendações e conclusões sobre medidas a serem tomadas para fortalecer o controle das fronteiras e os controles financeiros, bem como um novo plano de trabalho para este Comitê. Por ocasião dessa reunião, o Secretário-Geral reiterou o seu firme apoio às atividades do CICTE e ao combate e prevenção do terrorismo nas Américas.

No Terceiro Período Ordinário de Sessões, realizado em El Salvador, os países membros da OEA informaram a respeito do importante progresso alcançado na adoção, no âmbito nacional, de medidas eficazes para prevenir, combater e eliminar o terrorismo. Também se destacou que o terrorismo representa uma grave ameaça aos valores democráticos, à paz e à segurança internacional e que a vinculação entre o terrorismo e o tráfico ilícito de drogas e de armas, bem como outras formas do crime organizado transnacional agravam esta ameaça. Assinalou-se, ademais, que as ameaças emergentes do terrorismo, tais como as atividades de grupos terroristas internacionais e as ameaças à segurança cibernética, exigem um diálogo permanente entre os Estados membros com vistas à adoção de medidas preventivas eficazes para prevê-las e abordá-las. Por último, ressaltou-se que as diversas iniciativas tomadas por grupos sub-regionais constituem uma contribuição valiosa a que estes devem dar continuidade, fortalecendo sua cooperação e coordenação no âmbito do CICTE.

Em cumprimento ao Plano de Ação 2002-03, a Secretaria-Geral e o CICTE vêm trabalhando nos seguintes temas:

1. A importância de que os Estados membros que ainda não tenham feito procedam à assinatura e ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo ou à adesão à mesma, o mesmo fazendo a respeito das 12 convenções e protocolos das Nações Unidas (ONU) concernentes ao terrorismo, da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e seus três protocolos complementares, e da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal. Cumpre ainda que os Estados membros implementem as medidas requeridas na resolução 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e as recomendações do Segundo e Terceiro Períodos Ordinários de Sessões do CICTE, sobre medidas de controle fronteiriço e financeiro, e adotem legislação nacional contra o terrorismo. Até a data, dois países ratificaram a mencionada Convenção.
2. O apoio ao CICTE, com vistas a ampliar e intensificar os esforços desse Comitê para fortalecer a cooperação entre os países e com as organizações regionais e internacionais pertinentes, bem como a desenvolver atividades de capacitação e intercâmbio de experiências e informações. Cumpre, de modo especial, fortalecer a cooperação entre o CICTE, os Estados membros da OEA e os Estados Observadores Permanentes junto à OEA, a Comissão de Luta contra o Terrorismo, do Conselho de Segurança da ONU, outras organizações regionais e outros órgãos do Sistema Interamericano. O CICTE foi admitido como membro observador do Grupo de Ação Financeira para Combater o Problema do Delito de Lavagem de Dinheiro (GAFI).

Para esse efeito, vem-se trabalhando atualmente no sentido de ampliar o banco de dados e pontos de contato do CICTE, promover cursos via Internet, oferecer capacitação na implementação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, realizar um curso de controle de fronteiras e de segurança no espaço cibernético, entre outros temas. A página do CICTE na Internet recebe hoje entre 1000 e 1500 visitas mensais, seu sistema OLAT tem mais de 400 inscritos, e seu relatório mensal é recebido por mais de 200 assinantes.

Ao longo dos meses aqui analisados, o CICTE fortaleceu o seu potencial humano com contribuições da Secretaria-Geral, de El Salvador, do Uruguai e da Junta Interamericana de Defesa. Além disso, instalou seus escritórios no Edifício da Secretaria-Geral da OEA e recebeu doações em dinheiro, da ordem de US\$363.399,30 e, em espécie, de aproximadamente US\$24.000.

Outras atividades

Em conformidade com as atribuições dispostas na Carta da Organização, também foram empreendidas ações de forma, fundo e procedimento a fim de cumprir as funções e responsabilidades específicas mencionadas a seguir: (i) o encaminhamento *ex officio* aos Estados membros da convocatória para as reuniões da Assembléia Geral, do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral e das Conferências Especializadas; (ii) o assessoramento dos demais órgãos na elaboração das agendas e regulamentos; (iii) a preparação do projeto de orçamento-programa da OEA com base nos programas adotados pelos Conselhos, organismos e entidades cujos gastos devam nele ser incluídos e, mediante consulta a esses Conselhos ou às respectivas comissões permanentes, encaminhar o mencionado orçamento-programa à Comissão Preparatória da Assembléia Geral e subseqüentemente à própria Assembléia; (iv) a provisão de serviços permanentes de secretaria à Assembléia Geral e a outros órgãos, para o cumprimento de seus mandatos; (v) a custódia dos documentos e arquivos das Conferências Interamericanas, da Assembléia Geral, das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, dos Conselhos e das Conferências Especializadas; (vi) o recebimento, na qualidade de depositária, dos

tratados e acordos interamericanos, bem como dos instrumentos de ratificação dos mesmos; (vii) a apresentação ao Trigésimo Segundo Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral, realizado em Barbados, do relatório anual sobre as atividades e a situação financeira da Organização; e (viii) a manutenção de relações de cooperação com os Organismos Especializados e outros organismos nacionais e internacionais, em conformidade com as resoluções da Assembléia Geral ou dos Conselhos da Organização.

DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO PÚBLICA

Mediante a Ordem Executiva N^o 99-2, reorganizou-se o Departamento de Informação Pública, cuja finalidade é executar um programa de informação e divulgação por meio de atividades de imprensa, rádio, televisão, fotografia, Internet, serviços de referência, relações públicas e produção, a fim de levar ao público dos Estados membros a realidade da OEA, contribuindo para ampliar o conhecimento e a compreensão dos propósitos, programas e realizações da Organização.

Comunicações Estratégicas

Uma das metas principais das Comunicações Estratégicas é ampliar a cobertura da OEA na mídia americana. Neste sentido, progrediu-se consideravelmente com a inédita cobertura das negociações do Secretário-Geral na Venezuela. Praticamente todos os principais meios de comunicação americanos, além de muitos jornalistas europeus, tiveram acesso às reuniões de informação geral que o Secretário-Geral realizou em Caracas e, em muitos casos, a entrevistas pessoais. Como resultado, vários jornalistas escreveram artigos especificamente sobre o papel do Secretário-Geral, e *The Washington Post* publicou um editorial de apoio à OEA.

Foi também um êxito a ampliação da cobertura dos esforços da OEA no Haiti, sendo cada vez maior o número de jornalistas que desejam falar sobre o tema com o Secretário-Geral e o Secretário-Geral Adjunto. Estes fatos ilustram a importância de estabelecer gradualmente relações com os correspondentes estrangeiros em toda a região. Estão se fazendo progressos no sentido de alcançar uma cobertura mais ampla das atividades diárias da OEA em Washington e já se conseguiu que os repórteres vejam a OEA como o lugar aonde ir quando ocorre uma crise na região.

Comunicações Estratégicas também publica *OAS News*, um boletim informativo bimensal enviado a um público selecionado em todas as Américas. Cerca de 15.000 exemplares são impressos e enviados aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados Membros para distribuição entre seus contatos locais. Além disso, enviam-se exemplares a contatos nos meios de comunicação, círculos acadêmicos, governo e sociedade civil em todas as Américas, e a pessoas em postos decisórios nos Estados observadores e organizações multilaterais. As restrições orçamentárias forçaram uma redução no tamanho do boletim, mas produz-se uma versão ampliada e atualizada acessível pela Internet.

Comunicações Estratégicas também prepara uma série de documentos de informação básica sobre questões prioritárias para a OEA. Esses documentos, que são periodicamente atualizados e se publicam em inglês e espanhol, constituem uma valiosa fonte de informação acerca das atividades da OEA para os meios de comunicação, funcionários do governo americano e outros alvos. São publicados na página na Internet e estão acessíveis para reuniões e conferências.

Produtos e Serviços Multimídia

Em 2002, a área de Produtos e Serviços Multimídia continuou ampliando o alcance da OEA e aperfeiçoando suas comunicações, produtos e serviços usando meios eletrônicos e tecnologia digital. Com esta finalidade, o Departamento está investindo em vídeo digital, na Internet e no portal, e preparando novos produtos para audiências novas e específicas. O trabalho dessa Unidade é projetar a OEA como uma instituição transparente, que responde aos grandes desafios transversais e inter-relacionados de importância regional ou global.

No passado, era muito dispendiosa e demorada a transmissão de informações de todo o Hemisfério e para o mesmo. Graças à crescente conectividade global, porém, milhões de pessoas, a cada ano, ganham acesso gratuito a um vasto tesouro eletrônico de informações disponíveis no portal da OEA. De fato, a popularidade do portal torna-se patente pelo número de acessos efetuados — mais de 90 milhões em 2002.

O portal da OEA cresce constantemente. É animadora a forma como o público corresponde à qualidade de seu desenho e seu conteúdo. Continua-se a trabalhar nesse desenho e na manutenção da qualidade técnica e da coerência editorial. O público que acessa o portal está na América do Norte (57%), América do Sul (29%), Europa (9%) e Ásia (3%).

Um serviço complementar é a página na Internet dedicada a questões especiais, onde se destaca o papel da OEA na gestão dos temas da agenda interamericana (solução de conflitos, equidade de gênero, democracia nos países membros, etc.). Cabe destacar o marco assinalado quando a OEA realizou sua primeira reunião virtual do Conselho Permanente, na qual o Secretário-Geral, falando ao vivo de Caracas, informou o Conselho Permanente, reunido em Washington, sobre as atividades que desenvolvera até àquela data com relação aos esforços de intermediação da OEA para encontrar uma solução pacífica e constitucional para a situação da Venezuela.

No período compreendido por este relatório, transmitiram-se ao vivo pela Internet as reuniões mais importantes da OEA realizadas em Washington e os períodos de sessões da Assembléia Geral que tiveram lugar em Barbados. Durante o ano foram cobertos 141 eventos: transmitindo-os ao vivo pela Internet e gravando-os em vídeo para transmissão por canais e redes de televisão (CNN, C-Span, CBC); introduzindo vídeo digital na página na Internet; distribuindo fitas de vídeo aos Escritórios da OEA no exterior e a redes de televisão. Os eventos antes mencionados também foram divulgados pela Internet, por meio de páginas informativas onde estavam disponíveis discursos, fotos de alta definição, documentos e informações gerais.

O aniversário da Carta Democrática Interamericana atraiu um volumoso tráfego, tendo-se atingido o recorde de aproximadamente 20 mil visitantes — o dobro do número diário médio —, que navegaram pela página em busca de documentos, vídeos, fotos e comunicados para a imprensa no dia seguinte à cerimônia oficial do Conselho Permanente, realizada em 17 de setembro.

O incremento da conectividade também tornou possível realizar conferências eletrônicas interativas globais, que não só permitem economizar custos mas também reunir facilmente centenas de participantes com gastos reduzidos. Este ano, proporcionaram-se serviços para quatro videoconferências interativas e se transmitiram pela Internet nove seminários e 14 mesas-redondas sobre questões hemisféricas.

Vem sendo produzidas e transmitidas a mesa-redonda *Despejando Dudas/Today in the Americas*, um programa interativo de TV de produção própria, em espanhol e inglês, que atinge o público regularmente via Internet e se transmite por meio da *Embassy Television Network*, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, e a *Hispanic Information and Telecommunication Network (HITN)*. Nos Estados Unidos, esta rede também é acessível nacionalmente por meio de sistemas de antenas parabólicas.

Outro produto, o *Fórum das Américas* — uma revista eletrônica — constitui um meio para promover o diálogo hemisférico sobre questões da região. Essa publicação inclui artigos sobre temas de interesse geral, bem como notícias, reportagens e entrevistas. O *Fórum* atinge cerca de 25.000 professores universitários, grupos de peritos, funcionários públicos, congressistas, ONGs, jornalistas, estudantes e outros membros da sociedade civil.

Como parte de uma série de documentos em vídeo (*América Viva*), produziu-se um documentário sobre a história da Comissão Interamericana de Mulheres (*Mujeres de las Américas*). O documentário foi transmitido por canais de televisão dos Estados membros, juntamente com publicidade para vendê-lo a particulares. As redes MHz transmitiram o programa nacionalmente nos Estados Unidos. Estão sendo preparados outros programas para a mesma série, inclusive alguns que se concentram na observação eleitoral e em questões relacionadas com a liderança da mulher.

Ademais, prestaram-se serviços a outras áreas e unidades da Secretaria-Geral, gravando atividades como audiências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e gravou-se em vídeo a assinatura de acordos e tratados que tiveram lugar na sede da OEA em 2002.

Rádio

A área de Rádio continuou transmitindo via satélite seus programas diários em espanhol para a América Latina e em inglês para o Caribe. O serviço de correspondentes continua a ser um dos métodos mais eficazes para divulgar as atividades da OEA pelo rádio. Suas notas curtas incorporam-se facilmente aos noticiários das emissoras dos países da região. Programas com o formato de mesa-redonda (*talk shows*) têm alcançado muito êxito, sobretudo no Caribe.

Vários eventos realizados na sede, como a cerimônia de entrega de propostas dos Conciliadores para a solução da diferença entre Belize e Guatemala, a assinatura de acordos, entrevistas coletivas de imprensa e sessões do Conselho Permanente, entre outros, foram transmitidos diretamente por algumas emissoras dos países membros. O processo de digitalização da Rádio avançou metodicamente, mas o projeto ainda não foi concluído por razões orçamentárias.

Imprensa

No período de janeiro a novembro de 2002, redigiu-se um total de 236 comunicados de imprensa, tanto em espanhol como em inglês, que foram distribuídos na esfera hemisférica por intermédio de agências internacionais de notícias, pelos correspondentes dos meios de comunicação latino-americanos e caribenhos na sede e emissoras de rádio e televisão, bem como de entidades de informação nos países membros da OEA, das Missões Permanentes e dos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros.

Um banco de dados constantemente atualizado permitiu ampliar a cobertura das atividades da Organização, inclusive por meios que atuam fora do âmbito americano.

Também se trabalhou em estreito contato com as Missões Permanentes para garantir a cobertura dos principais acontecimentos, como, por exemplo, as visitas de mandatários, chanceleres, ministros e outras altas autoridades governamentais que visitaram a sede da Organização.

Além da divulgação pelos meios de informação indicados, o material produzido pela área de Imprensa foi distribuído a outras áreas do próprio Departamento de Informação Pública, entre elas Multimídia, Relações Estratégicas e Rádio, o que tornou possível maximizar sua divulgação.

Informe Semanal

No período em pauta, o Informe Semanal foi substancialmente renovado por meio de um novo desenho e da incorporação de fotos eletrônicas. Sua distribuição a todos os funcionários da Secretaria-Geral

proporciona uma informação sucinta sobre as atividades mais recentes desenvolvidas no âmbito da Organização. Esse Informe também é distribuído às Missões Permanentes, aos Escritórios nos Estados membros e também às agências internacionais de notícias. Paralelamente, numerosos Escritórios nos Estados membros criaram para esse Informe uma rede de distribuição que abarca amplos setores das entidades de governo em cada país, bem como os meios informativos locais.

Boletim de Notícias

Diariamente, prepara-se um Boletim de Notícias Internacionais que proporciona informações diárias sobre os fatos mais relevantes ocorridos nos Estados membros, para o que se usam os serviços da agência internacional espanhola de notícias EFE. As informações constantes do Boletim de Notícias não refletem o ponto de vista da Secretaria-Geral. Seu objetivo é informar os funcionários sobre os acontecimentos de caráter político, econômico e social —entre outros— mais relevantes que ocorrem em cada um dos Estados membros.

Galeria de Fotos

No período que este Relatório abrange, fez-se a cobertura fotográfica de todos os eventos realizados na sede da Secretaria-Geral. Este material foi distribuído eletronicamente aos meios informativos internacionais. Assim se pôde manter atualizada a galeria de fotos no portal da OEA e fornecer material específico a fim de publicar no Informe Semanal e ilustrar os comunicados de imprensa.

News Clips

Conforme já é costume, este resumo de notícias publicadas pelos principais órgãos da imprensa dos países do Hemisfério foi editado e distribuído diariamente por correio eletrônico às autoridades da Secretaria-Geral e às Missões Permanentes. Seu propósito é dar uma visão atualizada dos temas que merecem mais atenção da imprensa internacional, bem como dos relacionados com a própria Organização e com seus temas políticos, econômicos e sociais mais relevantes.

Revista *Américas*

O ano passado, a Secretaria-Geral publicou seis números da revista *Américas* em espanhol e inglês. Imprimiram-se 55.000 exemplares de cada número, dos quais cerca de 30 mil foram enviados a assinantes em todo o mundo e 18 mil distribuídos em lojas de revistas dos Estados Unidos e Canadá. Funciona também uma grande distribuição controlada aos governos e instituições dos Estados membros, diretamente ou por intermédio dos Escritórios da Secretaria-Geral nesses Estados. Os recursos produzidos pelas assinaturas e pelas vendas cobriram cerca de 40% do custo total da publicação.

A iniciativa mais importante do ano passado foram os esforços da Secretaria-Geral para seguir as recomendações do Plano Trienal de Ação para Fortalecer a Situação Financeira da Revista *Américas*. O pessoal da revista buscou ativamente novos mercados educacionais para a revista, realizando promoções especiais de vendas a professores, bibliotecas universitárias e livrarias independentes com o objetivo de ampliar a base de assinaturas e as vendas em lojas e bancas. O pessoal de *Américas* contou com a colaboração dos Escritórios da Secretaria-Geral da OEA para a realização de pesquisas de mercado nos Estados membros, a fim de negociar contratos com distribuidores, facilitar a importação de *Américas* e aumentar as vendas no exterior. A Secretaria-Geral apresentou novamente propostas para voltar a publicar a edição em francês e obteve compromisso de apoio de um Estado membro e de um Observador Permanente.

A Secretaria-Geral lançou diversas campanhas para aumentar e promover as vendas da revista por meio de várias estratégias de mercado. Como parte da campanha de vendas de inverno de 2002, enviaram-se mais de 850.000 cartas a assinantes potenciais, oferecendo uma agenda *Américas* de 2003 a título de brinde. A agenda deste ano é dedicada à Comissão Interamericana de Mulheres, em comemoração de seu 75º aniversário. A revista *Américas* também é vendida pela Internet, nos portais de *MagazineCity.net* e *doctormag.com*. Todos os recursos gerados pela venda da revista *Américas* foram usados para cobrir seus gastos de produção e publicação.

DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS JURÍDICOS

A finalidade do Departamento de Serviços Jurídicos, cujas funções foram estabelecidas mediante a Ordem Executiva N° 96-4, consiste em dar atendimento aos assuntos jurídicos relacionados com as atividades da Organização, sua relação com outras entidades e a aplicação de suas normas e regulamentos internos. O Departamento cumpre seus objetivos prestando serviços de assessoramento jurídico, de representação em litígios e negociações e de elaboração de documentos legais para a Secretaria-Geral, para os órgãos políticos e outros órgãos da Organização. Por sua própria natureza, o trabalho é volumoso, diversificado e intenso.

Consultas respondidas em forma escrita

Conforme seu registro, o Departamento respondeu por escrito a 461 consultas individuais das diversas dependências da Secretaria-Geral, dos órgãos políticos e das delegações. Entre esses escritos constam 227 pareceres jurídicos e a revisão de 131 acordos. O principal cliente foi a Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), com 81 consultas respondidas por escrito. As outras áreas assessoradas pelo Departamento de Serviços Jurídicos em 2002 foram: a Subsecretaria de Administração, com 70 consultas respondidas; o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto (incluindo a Secretaria de Conferências e Reuniões, os Escritórios da Secretaria-Geral nos vários Estados membros e a Biblioteca Colombo), com 56; a Unidade para a Promoção da Democracia, com 53; a Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, com 36; a Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), com 20; a Comissão do Fundo de Aposentadoria e Pensões, com 16; o Escritório do Chefe de Gabinete do Secretário-Geral, com 14; e a Unidade de Comércio, com 13.

Assessoramento aos Órgãos Políticos

O Departamento prestou assessoramento jurídico nas sessões da Assembléia Geral e do Conselho Permanente e nas reuniões do Grupo Conjunto sobre a Reestruturação e Modernização da OEA, particularmente em assuntos administrativos, orçamentários e processuais. Assessorou a Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamentários (CAAP) e elaborou vários pareceres jurídicos, projetos de resolução, projetos de relatório e documentos de trabalho para os presidentes e delegados. Cabe notar suas importantes contribuições à formulação das razões jurídicas para a modificação das disposições do Capítulo III das Normas Gerais para o funcionamento da Secretaria-Geral relacionadas à contratação de pessoal e a redação do respectivo texto aprovado pela Assembléia Geral mediante a resolução AG/RES. 1873 (XXXII-O/02). Da mesma forma, preparou pareceres escritos que facilitaram as decisões do Conselho Permanente sobre a destinação dos excedentes do Fundo de Reserva e sobre a remodelação dos salões de reuniões do Edifício Principal.

Quanto ao Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral (CIDI) e seus órgãos, o Departamento prestou assessoramento em assuntos administrativos, orçamentários e regulamentares. Juntamente com a Secretaria Executiva da AICD, preparou um projeto de diretrizes para a administração de recursos complementares por parte da AICD, que foi aprovado por sua Junta Diretora. Participou igualmente das reuniões preparatórias para a criação de uma Comissão Interamericana de Educação e de uma Comissão Interamericana de Turismo.

O Departamento participou como assessor jurídico da Terceira Reunião Ordinária da Assembléia da Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL) e da Décima e Décima Primeira Reuniões da Comissão Diretora Permanente da CITEL (COM/CITEL), onde preparou vários projetos de resolução e assessorou os presidentes dessas reuniões e os vários representantes. Além disso, por solicitação de várias delegações, preparou um projeto de Protocolo de Reforma à Convenção Interamericana sobre a Permissão Internacional de Radioamador, que será apresentado para aprovação da Assembléia Geral da OEA, em seu próximo período ordinário de sessões.

O Departamento colaborou com a Assembléia Geral de Delegadas da CIM e atendeu a várias consultas apresentadas pela Secretaria Executiva no decorrer do ano. Nos termos do Acordo de Cooperação com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Departamento atuou como assessor jurídico da Vigésima Reunião Ordinária do Comitê Executivo e assessorou o Instituto sobre vários temas jurídicos. De forma análoga, prestou assessoria à Junta Interamericana de Defesa e ao Colégio Interamericano de Defesa sobre temas ligados a recursos humanos e à arrecadação de recursos. Também respondeu a consultas do Instituto Interamericano da Criança (INN) a respeito de acordos de cooperação e de pessoal.

Para a consideração da Comissão de Aposentadoria e Pensões, o Departamento elaborou novas disposições sobre políticas e procedimentos, atualizou as existentes e assessorou a Comissão e o Secretário Tesoureiro no tocante a vários temas. Da mesma forma, prestou assessoria à Comissão do Fundo Rowe e redigiu o projeto de ordem executiva ao estabelecer os serviços de sua secretaria. Também revisou e redigiu vários formulários e instruções para facilitar os trâmites da Secretaria do Fundo.

Por meio de um advogado designado quase em tempo integral, o Departamento participou de forma especial das atividades relacionadas aos programas de desenvolvimento jurídico, controle de armas e controle de lavagem de ativos da CICAD. Da mesma forma, prestou assessoramento na preparação e negociação de acordos de cooperação e na execução de projetos relativos à lavagem de dinheiro, às armas de fogo, ao desenvolvimento alternativo e à luta contra o tráfico de drogas. Representou a Secretaria Executiva em vários foros. Preparou para a Comissão de Segurança Hemisférica um relatório sobre os intermediários de armas de fogo e assessorou a equipe estabelecida pelo Secretário-Geral para investigar um caso de desvio de armas.

Assessoramento ao Secretário-Geral

Quanto ao Gabinete do Secretário-Geral, o Departamento prestou assessoramento na preparação e redação das oito ordens executivas expedidas em 2002, entre outros assuntos. Assessorou o Gabinete do Secretário-Geral Adjunto em vários temas relacionados com as missões de verificação da OEA, como, por exemplo, na redação do Acordo sobre a Missão Especial da OEA para o Fortalecimento da Democracia no Haiti. De forma análoga, assessorou a área de Conferências na redação e revisão de acordos e contratos ligados a conferências e eventos realizados nos diversos Estados membros e na solução de alguns conflitos comerciais resultantes dessas conferências e eventos. Prestou igualmente assessoramento ao Programa da Assembléia Geral Modelo e aos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros para a redação e revisão de vários contratos de aluguel para os locais de escritórios, e sobre temas tributários e trabalhistas.

A pedido da Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, o Departamento participou da negociação de um acordo com o Governo do Brasil para a cessão de escritórios para uso como sede da Comissão Jurídica Interamericana.

O Departamento assessorou a Secretaria Executiva da AICD, respondendo a consultas jurídicas, dando-lhe assistência na redação e negociação de acordos, no aperfeiçoamento dos acordos modelos para a execução de projetos e na redação de acordos para executar projetos específicos, entre os quais se podem salientar acordos com a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) e com o Ministério da Educação da Guatemala, além da revisão de um acordo geral de cooperação com o Governo do Brasil. A pedido expresso da Secretaria Executiva da AICD, efetuou-se a auditoria jurídica dos projetos que vêm sendo executados em El Salvador. Também continuou-se cooperando na preparação dos documentos jurídicos relacionados com a execução de um projeto milionário de reconstrução de moradias em comunidades afetadas pelo furacão Mitch em Honduras.

Continuou-se colaborando com a Unidade para a Promoção da Democracia (UPD) na estruturação e revisão de acordos e contratos para as missões de observação eleitoral, para a execução de tarefas de remoção de minas e seu financiamento, para projetos sobre automação do voto em vários processos eleitorais, para projetos sobre modernização do Estado e promoção da participação do cidadão em processos eleitorais e para a realização de seminários e programas de treinamento em diversas áreas correlatas. Um membro do pessoal do Departamento de Serviços Jurídicos atuou como observador e assessor jurídico na Missão de Observação Eleitoral da UPD nas eleições presidenciais realizadas na Colômbia e no Equador.

Cooperou com a Unidade de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na preparação e revisão de acordos para a execução de projetos em vários países. Em particular, participou da negociação com o Banco Mundial e com os países envolvidos na elaboração e revisão dos acordos e contratos para a execução de um projeto milionário de proteção ambiental e manejo sustentável do Sistema Aquífero Guarani, a ser financiado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial (FMAM).

O Departamento assessorou a Unidade Intersetorial de Turismo na preparação e revisão de acordos para projetos em vários países e para estabelecer um fundo financeiro destinado a captar recursos externos para o desenvolvimento de pequenos hotéis no Caribe. Prestou-se assessoramento à Unidade de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura na redação de acordos com entidades como o Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina (CERLALC), a Organização do Grão-Caribe para Monumentos e Sítios (CARIMOS), a UNESCO e o Convênio Andrés Bello.

Prestou assessoramento para a negociação e preparação dos acordos com o Departamento de Relações Exteriores e Comércio Internacional do Canadá, com os Governos da Noruega, Suécia e Dinamarca, mediante os quais esses países vêm concedendo substanciais recursos para projetos da UPD e da Unidade de Comércio. A pedido da Unidade de Comércio, o Departamento participou ativamente das negociações e da redação dos principais documentos jurídicos ligados à transferência da Secretaria do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) para o México.

Com relação à Subsecretaria de Administração, o Departamento assessorou, negociou, redigiu e revisou os documentos jurídicos referentes à reforma do Edifício da Secretaria-Geral (GSB), inclusive os contratos ligados à construção, elevadores, equipamento de segurança, mobiliário, transferência de dados eletrônicos e telecomunicações. Continuou prestando assessoramento a essa área no que tange a assuntos administrativos e interpretação de normas para sua aplicação em casos concretos, como solicitações de audiência e reconsideração, reclassificações de cargos, benefícios de repatriamento, aplicação do subsídio educacional, viagens ao país de origem, e sobre políticas de pessoal, temas financeiros e orçamentários.

Continuou-se a colaborar com o Escritório do Inspetor-Geral mediante a revisão dos termos de referência dos contratos para a realização de auditorias nos diversos Estados membros, o despacho de consultas relacionadas com o ordenamento jurídico da Organização e a participação em auditorias de projetos e de

casos, proporcionando a devida base jurídica. Da mesma forma, o Departamento continuou prestando assessoria ao Museu de Arte das Américas na redação e revisão de documentos jurídicos concernentes à exposição de obras de arte, bem como a temas relacionados ao respectivo custo, transporte e seguro. Continuou a dar assessoria em assuntos associativos e tributários a entidades sem fins lucrativos ligadas à Organização, como a Fundação de Estudos Interamericanos para a Assembléia Modelo da OEA, a Organização das Mulheres das Américas, o *Young Americas Business Trust* e a Fundação para as Américas.

O pessoal do Departamento continuou participando em várias comissões e grupos de trabalho da Secretaria como membros e/ou assessores jurídicos. Entre eles, figuram as Comissões de Seguro, de Seleção e Adjudicações e de Vendas.

Litígios

Defendeu a Secretaria-Geral em uma demanda de US\$800 mil apresentada perante o Tribunal Administrativo por um ex-funcionário cujo contrato de prazo fixo não fora renovado. O Tribunal confirmou a decisão da Secretaria-Geral. Não obstante, determinou o pagamento de US\$3 mil a título de honorários de advogados e de US\$1 mil a título de indenização em favor do recorrente. Representou igualmente a Secretaria-Geral em outros dois recursos sobre reclassificação de cargos, nos quais o Tribunal Administrativo reconheceu a recomendação do especialista em classificação de cargos contratado conforme as normas que regulam o próprio Tribunal Administrativo. Finalmente, defendeu-se a Secretaria-Geral em outro recurso sobre o cancelamento de um contrato, o que foi denegado sem prejuízo por razões processuais.

ESCRITÓRIO DO INSPETOR-GERAL

As atividades do Escritório do Inspetor-Geral correspondem ao disposto nas Normas Gerais para o Funcionamento da Secretaria-Geral, nas Normas Orçamentárias e Financeiras, Capítulo XV, e na Ordem Executiva N° 95-05. Estas disposições estabelecem a função de auditoria interna em apoio ao Secretário-Geral e aos órgãos dirigentes, visando monitorar o cabal cumprimento das responsabilidades dos distintos níveis de administração, referentes aos programas e recursos da Secretaria-Geral. Seu objetivo é garantir a revisão sistemática dos procedimentos operacionais e das transações financeiras realizadas tanto na sede como nos Escritórios da Secretaria-Geral nos Estados membros. Verifica a observância e o cumprimento das políticas, normas e práticas estabelecidas, a fim de constatar sua exatidão, eficácia e economia.

Auditorias

No período de 1° de março de 2002 a 28 de fevereiro de 2003, o Escritório do Inspetor-Geral efetuou 14 auditorias operacionais e de cumprimento, visando a revisão sistemática dos controles internos da contabilidade e da administração. Na execução das atividades operacionais do Escritório, manteve-se a mais ampla cobertura possível na sede, dirigindo as atividades de auditoria para as operações de maior risco, bem como para aquelas com maior potencial para aumentar a eficiência, economia e eficácia. O Escritório do Inspetor-Geral agiu com ampla liberdade e independência na execução de suas atividades, sem restrições e com total acesso a todas as funções, atividades, operações, registros, propriedades e funcionários da Secretaria-Geral, tanto na sede como nos países membros.

Nesse período, efetuaram-se atividades operacionais das auditorias na sede para avaliar os controles internos e administrativos e garantir o cumprimento das normas e procedimentos da OEA. O Escritório passou em revista as operações do Sistema Computadorizado ORACLE — Servidor NT, Aplicações e Segurança, e implementação do ORACLE 11i —, administradas pela Subsecretaria de Administração, pelo Departamento de Tecnologia e Serviços Gerais e pelo Departamento de Administração de Serviços de Apoio, Análise e Planejamento, Fundo Comemorativo de Beneficência Leo S. Rowe, Fundo Pan-Americano Leo S. Rowe, Controles Internos e Operacionais na Secretaria da Comissão Interamericana para o Controle do Abuso de Drogas (CICAD), Controles Internos e Operacionais no Departamento de Serviços Financeiros e Controles Internos na Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD), inclusive projetos de gerência. Também se revisaram as atividades operacionais e financeiras nos Escritórios da Secretaria-Geral no Uruguai, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Trinidad e Tobago, Suriname, Panamá e México, para determinar se estavam executando suas atividades de acordo com as normas e procedimentos da OEA.

Complementarmente, o Escritório do Inspetor-Geral revisou 20 projetos executados em vários Estados membros para assegurar o cumprimento dos acordos e determinar se os objetivos especificados foram atingidos. Estes projetos são: 1) *Institutional Strengthening of Basic Education-Programming in Rural Communities*; 2) *Caribbean Heritage Tourism Development*; 3) *Strengthening the Institutional Capacity of Governments to Implement Development Objectives*; 4) *Freshwater Resources Management in the Small Islands Developing States*; 5) *Strengthening Knowledge/Information Networking in Biotechnology and Food Technology in the Caribbean and with Latin America*; 6) *Cooperative Strengthening of National Institutions to Enhance Integrated Water Resource Management*; 7) *Mission Enterprise: Promotion of Rural Economic Development*;

8) *Diagnosis and Promoting Education Success in Trinidad and Tobago*; 9) *Strengthening of the Institutional Infrastructure of the Environmental Department*; 10) *Gender and Media in the Caribbean*; 11) Programa de Cooperação Regional México-América Central para Educação à Distância; 12) Fortalecimento das Atividades da Rede Social da América Latina e Caribe; 13) Consolidação da Cooperação Integral do México com a América Central e o Caribe; 14) Aproveitamento da Flora Regional como Fonte de Fármacos Anticancerígenos e Antiparasitários; 15) Terceiro Curso de Atualização sobre Direito Internacional; 16) Programa Permanente de Formação de Recursos Humanos para Conservação e Restauração de Bens Culturais, 17) Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM); 18) CICAD: Escolas de Projeto de Enfermaria na Prevenção do Uso e Abuso de Drogas, Integração Social e Promoção da Saúde na América Latina; 19) Instrumento de Avaliação e Administração do Uso da Terra (GLEAM); 20) Escola Regional da Comunidade Andina de Inteligência Antidrogas.

Outras Atividades

O Escritório do Inspetor-Geral prosseguiu as atividades de seguimento para garantir a aplicação das recomendações dos relatórios que expedira previamente. O Escritório continuou dando assessoramento e assistência por meio de suas análises, avaliações, investigações e recomendações com relação às atividades revisadas, e participou como observador de várias comissões da Secretaria-Geral.

SETOR DE CERIMONIAL

O Setor de Cerimonial planeja e coordena as cerimônias oficiais dos órgãos políticos da Organização dos Estados Americanos, do Conselho Permanente, do Secretário-Geral, do Secretário-Geral Adjunto e das Secretarias Executivas. Serve de elemento de ligação entre as Missões Permanentes junto à OEA e o Departamento de Estado dos Estados Unidos no que se refere aos privilégios e imunidades das Missões. Também organiza e coordena o uso do Edifício Principal da OEA para fins protocolares e sociais.

Protocolo e Cerimonial

O Setor de Cerimonial organizou os seguintes eventos: uma sessão solene para o Primeiro-Ministro de Saint Kitts e Nevis, sessões extraordinárias do Conselho Permanente para as visitas do Chanceler do Uruguai e da Vice-Presidente da Costa Rica, cerimônias e sessões solenes para o Dia Pan-Americano, para a comemoração do aniversário de nascimento de Simón Bolívar e do Descobrimento da América – Encontro de Dois Mundos. Organizou igualmente a visita do Presidente dos Estados Unidos, George Bush, patrocinada pelo *World Affairs Council*, e lhe deu apoio protocolar. Colaborou na organização e desenvolvimento da reunião do Círculo de Montevideú, formado por ex-presidentes e personalidades de renome. O Setor coordenou a apresentação de credenciais de seis Representantes Permanentes e a visita de cortesia de vários Observadores Permanentes. Organizaram-se ainda recepções de despedida para os Embaixadores da Argentina, Bolívia, Guatemala, Equador, Honduras, Paraguai, Nicarágua e Colômbia.

De forma análoga, o Setor de Cerimonial prestou apoio protocolar a todas as inaugurações de exposições do Museu de Arte das Américas. Cabe destacar que também todas as cerimônias de assinatura, depósito ou ratificação de protocolos e outros acordos entre a OEA e os países membros foram organizadas por este Setor. Na Assembléia Geral de Barbados, organizou-se uma grande recepção oferecida pelo Secretário-Geral a cerca de 500 convidados.

Administração do Edifício Principal

O uso do Edifício Principal é administrado pelo Setor de Cerimonial. Em 2002, realizaram-se mais de 300 recepções, almoços, jantares e conferências. A arrecadação prevista com o aluguel do Edifício no ano foi de aproximadamente US\$180 mil. Também sob a coordenação do Setor de Cerimonial realizaram-se 18 Semanas dos Países, um programa pelo qual se designa aos Estados membros e observadores uma semana para realizar eventos culturais ou acadêmicos. Prestou-se apoio também à organização de duas exposições de pintura e nove recitais independentes do programa das Semanas dos Países. Colaborou-se estreitamente com a organização e desenvolvimento do Festival de Comida das Américas, montado pela Organização de Mulheres das Américas, que reúne as diplomatas da OEA. Vale destacar que se deu apoio a essa organização durante o ano inteiro.

Apoio às Missões Permanentes e à Secretaria-Geral e ligação com o Departamento de Estado

O Setor de Protocolo revisou e processou cerca de 3.800 solicitações formuladas pelas Missões Permanentes e seu pessoal antes de encaminhá-las ao Departamento de Estado. Tratava-se de credenciamentos, concessões, alterações e renovações de vistos de entrada no país, licenças de trabalho e sua renovação, importação e aquisição de artigos isentos de impostos, obtenção e renovação de carteiras de isenção de impostos e de carteiras de motorista, solicitações relacionadas com a matrícula, renovação

de matrícula, verificação de seguros e venda ou exportação de veículos. Fez igualmente gestões sobre vistos para altos funcionários da OEA e carteiras de motorista para pessoal da OEA.

A Lista de Missões, Chefes de Estado, Altos Funcionários do Governo, Órgãos da OEA e Entidades Afiliadas foi atualizada, publicada e distribuída, bem como o calendário mensal de atividades no Edifício e as cartas de felicitações aos Representantes Permanentes e Observadores Permanentes pelo dia da independência de seus respectivos países.

ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES EXTERNAS

O Escritório de Relações Externas foi estabelecido pela Ordem Executiva N° 97-4, de 23 de julho de 1997. Sua finalidade é assessorar as diferentes instâncias da Secretaria-Geral e os órgãos dirigentes em todas as atividades vinculadas com as relações externas, promovendo e mantendo comunicações com o país sede da Organização e, entre outros, com organizações não-governamentais, instituições acadêmicas, o setor privado e entidades sem finalidade de lucro.

No período a que se refere este relatório, o Escritório de Relações Externas desenvolveu uma série de atividades de divulgação para dar a conhecer melhor os programas da Organização dos Estados Americanos e atrair mais apoio e contribuições para seus projetos e iniciativas, assim fortalecendo as relações externas da OEA. Entre essas atividades figuram as reuniões com representantes dos Estados Observadores, bem como com suas altas autoridades, para trocar idéias e informações acerca de temas de interesse comum, negociar acordos de cooperação com a Secretaria-Geral e organizar eventos conjuntos para aumentar sua participação. Este Escritório negociou importantes contribuições em dinheiro e em espécie de vários Observadores Permanentes.

Como resultado do trabalho conjunto com as áreas técnicas, o Escritório preparou e enviou uma pasta com informações pormenorizadas sobre vários projetos de cooperação técnica administrados pela Secretaria-Geral que requerem financiamento, para a consideração dos governos dos países observadores. Da mesma forma, o Escritório organizou várias cerimônias de doação relacionadas com contribuições recebidas dos países observadores e coordenou a divulgação de comunicados de imprensa a seu respeito. Por outro lado, continuou atualizando e expandindo sua página na Internet sobre Observadores Permanentes, que oferece informações e documentação relevante para a condição de observador permanente, informações detalhadas sobre cada país observador e dados gerais sobre contribuições e participação dos mesmos nas atividades da Organização. No Capítulo VI deste relatório constam mais informações acerca dos Estados Observadores Permanentes.

O programa de oradores do Escritório de Relações Externas prosseguiu com a série de conferências organizadas em conjunto com o Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de George Washington, cujo objetivo é enriquecer o diálogo hemisférico sobre temas prioritários para os Estados membros. Neste ciclo, destacam-se a conferência *Combatiendo las Drogas em el Hemisferio: de la Confrontación a la Cooperación*, a conferência sobre *Sud América: Promoviendo la Integración y el Desarrollo a través del mejoramiento del Suministro de Energía*, e o fórum organizado em conjunto com a UPD intitulado *Reflexiones sobre el Primer Aniversario de la Carta Democrática Interamericana*, no qual Sua Excelência o Senhor Alejandro Toledo, Presidente do Peru, foi o orador principal, seguido por um grupo de ilustres personalidades do Hemisfério, como o Secretário-Geral da Organização, César Gaviria; o Ministro de Governo do Chile, Senhor Heraldo Muñoz; a Presidente do Instituto Canadense de Relações Internacionais, Barbara McDougall; o Secretário-Geral Adjunto da CARICOM, Colin Granderson; e o Presidente da Fundação para as Américas, Eduardo Stein, entre outros. Este evento teve ampla cobertura de vários meios de comunicação, destacando-se a cadeia de televisão Univisión e a participação de sua locutora María Elena Salinas. No decorrer do ano, o Escritório manteve reuniões com representantes do BID, a fim de combinar um ciclo de conferências conjuntas.

Da mesma forma, o programa de oradores organizou um evento especial para os delegados das missões e altos funcionários da Secretaria-Geral sobre *Cómo Trabaja Washington*, dirigido pelo respeitado conselheiro para assuntos governamentais de Preston Gates, Ralph Nurnberger, que fez a apresentação.

O Escritório também coordenou o lançamento da Revista *Foreign Affairs* em espanhol, que contou com a participação especial do Representante para o Comércio Exterior dos Estados Unidos, Robert Zoellick, entre outras personalidades. Ademais, organizou uma série informativa para jornalistas sobre a OEA e suas atividades.

Além do resumido acima, o Escritório coordenou a participação de peritos da Organização num seminário patrocinado pela *Southeastern Louisiana University* e lhe enviou o Embaixador Juan Manuel Castulovich, Representante Permanente do Panamá junto à OEA, que deu uma palestra sobre temas relacionados com a OEA e seu papel no Hemisfério. O Escritório trabalhou com o Centro de Relações Públicas da Universidade de Maryland e lhe enviou dois representantes para fazerem várias palestras a grupos de estudantes sobre as relações públicas no âmbito multilateral. Também coordenou o comparecimento do Presidente do Conselho Permanente, Embaixador Denis G. Antoine, à Segunda Conferência Ministerial da Comunidade de Democracias em Seul, Coréia.

O Escritório de Relações Externas organizou, junto com o Instituto Baker da Universidade de Rice, o quarto seminário anual do Projeto Américas. Nessa ocasião, contou com a participação de jovens líderes provenientes de 16 Estados membros para deliberar sobre o tema As Conseqüências Políticas da Perturbação Econômica na América Latina. Entre os principais oradores, figuravam o Embaixador Roger Noriega, Representante Permanente dos Estados Unidos junto à OEA, e o Senhor Enrique Peñalosa, ex-Prefeito de Bogotá.

Quanto a visitas de colégios, universidades e outras instituições acadêmicas ao Edifício Principal da OEA, o Escritório recebeu 4.118 visitantes. Este ano o programa de sessões informativas realizou no total 155 reuniões para estudantes de escolas secundárias, universidades, pessoal militar, congressistas, jornalistas e visitantes internacionais. O número total de sessões informativas duplicou em comparação com o ano anterior, e as apresentações das Missões Permanentes para grupos externos interessados no Sistema Interamericano multiplicaram-se por oito com relação a 2001.

Com referência às solicitações de informação recebidas ao longo do ano, o Escritório respondeu a mais de 700 solicitações, entre mensagens eletrônicas, cartas e telefonemas. Também continuou ajudando mais de 10 editoras de enciclopédias a atualizar seus dados sobre a Organização.

Paralelamente, o Escritório de Relações Externas continuou expandindo e atualizando seu banco de dados centralizado e integrado para fins de referência e uso por todas as áreas da Secretaria-Geral e pelas Missões Permanentes. Continuou igualmente a desenvolver e ampliar *El Rincón de los Niños en la OEA*, a página da OEA na Internet concebida como um centro cibernético de informações e diversão para crianças, estudantes, professores e o público em geral. Finalmente, o Escritório apoiou os esforços do Departamento de Informação Pública no programa de televisão *Despejando Dudas*, cujo objetivo é proporcionar um melhor conhecimento das atividades da Organização.

SECRETARIA DO PROCESSO DE CÚPULAS

Em 31 de maio de 2002, o Secretário-Geral assinou a Ordem Executiva N° 2-03, mediante a qual se estabeleceu a Secretaria do Processo de Cúpulas, substituindo o Escritório de Seguimento das Cúpulas. Este último fora estabelecido mediante a Ordem Executiva N° 98-3, de 16 de julho de 1998, para coordenar as ações e realizar o acompanhamento dos mandatos emanados do Plano de Ação de Santiago, da Segunda Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas é a instância da Secretaria-Geral encarregada de assessorar o Secretário-Geral, o Secretário-Geral Adjunto e os órgãos políticos da Organização nos temas relacionados com o seguimento de cúpulas.

Secretaria do Processo de Cúpulas das Américas

A partir da Terceira Cúpula das Américas, cumprindo as resoluções AG/RES. 1824 (XXXI-O/01) e AG/RES. 1847 (XXXII-O/02), essa dependência vem exercendo as funções de Secretaria do Processo de Cúpulas, que consistem em prestar apoio técnico e logístico às reuniões do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC) e de sua Comissão Executiva, redigir, manter, atualizar e publicar toda a documentação dessas reuniões na página dos governos da Rede de Informação da Cúpula das Américas, manter a memória institucional do processo das Cúpulas, atualizar constantemente as informações acerca das atividades de seguimento dos mandatos aprovados pelos Chefes de Estado e de Governo das Américas e proporcionar todas as informações requeridas pelos países sobre o processo das Cúpulas.

Apoio aos trabalhos do Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC)

A Secretaria do Processo de Cúpulas apoiou as reuniões do GRIC realizadas em março em Washington, em junho em Barbados e em novembro, novamente em Washington. Este apoio consistiu nos aspectos logísticos e técnicos das reuniões e na compilação do Quadro de Implementação e Monitoramento da Cúpula. Este quadro tem por fim registrar o trabalho realizado pelos Estados membros e pelas organizações multilaterais na implementação dos mandatos da Cúpula. Paralelamente, a Secretaria apoiou a reunião da Comissão Executiva do GRIC realizada em fins de janeiro de 2003, com o objetivo de examinar outros mecanismos de monitoramento e divulgação da implementação dos mandatos da Cúpula.

A Secretaria também mantém e gerencia a página da Rede de Informação sobre a Cúpula das Américas na Internet, que tem uma seção restrita, para uso dos coordenadores nacionais. Estão nessa página os documentos básicos do processo de cúpulas, como discursos, declarações e resumos de reuniões e eventos realizados em conexão com a implementação dos mandatos da Cúpula das Américas.

Seguimento das reuniões ministeriais e de alto nível relacionadas com o Processo de Cúpulas

Como parte do seguimento das reuniões ministeriais relacionadas com o processo das Cúpulas, esta Secretaria coordenou com as áreas técnicas da OEA encarregadas do tema as reuniões que se seguem e lhes deu assistência e apoio.

- Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas, Trinidad e Tobago, 10 a 13 de março de 2002

Nessa reunião trataram-se dos temas seguintes: cooperação jurídica e judicial na luta contra o crime transnacional organizado e o terrorismo, assistência jurídica mútua, aperfeiçoamento da administração da justiça e delito cibernético. Um relatório do Centro de Estudos da Justiça das Américas foi apresentado à consideração dos participantes. Da mesma forma, instalou-se um grupo de trabalho, que foi encarregado de elaborar o projeto de recomendações da REMJA-IV e o projeto de agenda da Quinta Reunião de Ministros da Justiça ou de Ministros ou Procuradores-Gerais das Américas. Nessa reunião, o Doutor Jaime Aparicio, Secretário Executivo da Secretaria do Processo de Cúpulas, fez uma apresentação na qual salientou que esta reunião faz parte de um vasto processo de integração e cooperação na região, o qual deriva de uma agenda comum, desenhada por nossos Chefes de Estado e de Governo como parte do processo de Cúpulas das Américas.

- Reunião de Ministros da Cultura, Cartagena, Colômbia, 12 a 13 de julho de 2002

Nesta reunião, realizada em cumprimento de um mandato da Terceira Cúpula das Américas, abordou-se o tema da diversidade cultural e aprovaram-se a Declaração e o Plano de ação de Cartagena das Índias. O debate entre os representantes dos Estados membros da Organização concentrou-se no compromisso que devem assumir as políticas culturais na busca da equidade social e na luta contra a pobreza, levando em conta as oportunidades para desenvolver a criatividade em condições de equidade, liberdade e dignidade dos habitantes do Hemisfério. Outro objetivo foi adotar políticas comuns para garantir um acesso democrático aos bens e serviços culturais.

Também nesta reunião, os Ministros da Cultura das Américas criaram a Comissão Interamericana de Cultura, que promoverá políticas culturais conjuntas para a região. Os Ministros assinaram a Declaração de Cartagena das Índias, que registra os acordos alcançados e estabelece a Comissão. O Plano de Ação de Cartagena também prevê a realização de um estudo de viabilidade no âmbito da Comissão Interamericana de Cultura, para criar um Observatório Interamericano de Políticas Culturais.

O Secretário Executivo da Secretaria do Processo de Cúpulas fez uma apresentação acerca do contexto geral das Cúpulas e da implementação dos mandatos. Participou também de um diálogo específico com a sociedade civil a respeito do tema.

- Conferência sobre Responsabilidade Social das Empresas, Miami, Flórida, 22 a 24 de setembro de 2002

A Conferência reuniu mais de 500 executivos de empresas, representantes de governos, instituições multilaterais e da sociedade civil, acadêmicos e representantes dos meios de comunicação. Em suas 12 sessões, que ocuparam mais de dois dias, apresentaram-se 84 expositores. Participaram dessa Conferência 32 países, dos quais 25 da região, e 50% dos participantes eram mulheres. Os presentes discutiram alianças em desenvolvimento econômico local e comunitário com a sociedade civil e mediante a nova filantropia e voluntariado; o papel das entidades de supervisão e das multilaterais; e o papel dos meios de comunicação.

- Reunião de Ministros do Comércio, Quito, Equador, 1º de novembro de 2002

Os Ministros do Comércio reuniram-se para prosseguir as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesta ocasião, reafirmaram seu compromisso de concluir as negociações o mais tardar em 2005, conforme estabelecido pelos Chefes de Estado e de Governo na Terceira Cúpula das Américas. Os últimos progressos a mencionar desde a reunião ministerial anterior são a elaboração de um segundo projeto de acordo da ALCA e sua divulgação ao público; o estabelecimento de normas e cronogramas para as negociações sobre acesso a mercados; o acordo para tratar dos diferentes níveis de

desenvolvimento e tamanho das economias; e o início do Programa de Cooperação Hemisférica para ajudar os países nas negociações, na implementação e no ajuste aos compromissos do processo da ALCA.

Atribuíram-se responsabilidades e estabeleceram-se cronogramas para a próxima fase de negociações, que abordarão os temas da agricultura, trabalho, sociedade civil e quadro institucional da ALCA. O Brasil e os Estados Unidos assumiram a co-presidência das negociações da ALCA. As duas últimas reuniões ministeriais de comércio estão previstas para fins de 2003 em Miami, Estados Unidos, e 2004, no Brasil.

- Reunião de Ministros da Defesa, Santiago, Chile, 19 a 22 de novembro de 2002

Os Ministros discutiram vários temas, como novas ameaças à segurança regional, cooperação transfronteiriça na prevenção e repressão, o papel do Livro da Defesa como indicador de confiança mútua, forças combinadas em operações de manutenção da paz, experiências de remoção de minas, contribuição das forças armadas para o desenvolvimento social e seu papel em caso de desastres naturais.

Os Ministros da Defesa aprovaram a Declaração de Santiago, que promove um entendimento mútuo e o intercâmbio de idéias nos campos da defesa e da segurança. A próxima reunião dos Ministros da Defesa terá lugar em 2004, no Equador.

Apoio à participação da sociedade civil no Processo das Cúpulas

Atendendo a um mandato do Plano de Ação de Québec, a Secretaria do Processo de Cúpulas da OEA preparou uma proposta de recomendações sobre as contribuições da sociedade civil ao seguimento e implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas e a apresentou ao GRIC na reunião de novembro de 2002. Essa proposta baseia-se na estratégia elaborada pela *Corporación PARTICIPA* em conjunto com a Coordenadora Regional de Pesquisas Econômicas e Sociais (CRIES) — rede de organizações do Grão Caribe — com o Departamento de Ciência Política da Universidade dos Andes (UNIANDES) da Colômbia, a Fundação Canadense para as Américas (FOCAL), a Fundação ESQUEL dos Estados Unidos e a FLACSO-Chile (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais). Receberam-se contribuições dos participantes do *workshop* Avaliação do Processo de Cúpulas e Desenho de Estratégia de Seguimento da Implementação do Plano de Ação de Québec, convocado por PARTICIPA e realizado em Buenos Aires, em 23 e 24 de maio de 2002. Essa estratégia consiste em desenhar e implementar mecanismos que permitam efetuar o seguimento do Plano de Ação com referência a temas relacionados com o fortalecimento da democracia.

Apoio à Comissão sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA

Como resultado de uma decisão do Conselho Permanente, fundiram-se em uma só comissão, a partir de agosto de 2002, a Comissão Especial sobre Gestão de Cúpulas Interamericanas e a Comissão sobre Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA. A Secretaria do Processo de Cúpulas presta apoio técnico à nova comissão e tem a responsabilidade de coordenar a participação da sociedade civil em suas reuniões, bem como o credenciamento das organizações não-governamentais na Organização. No período deste relatório, realizou-se uma Sessão Especial com a participação de representantes da sociedade civil para receber suas contribuições ao Plano de Ação de Québec e quatro sessões de trabalho abertas a que compareceram representantes das organizações acreditadas junto à OEA.

Da mesma forma, esta Secretaria apoiou e assessorou a Comissão no preparo de documentos de política levando em conta o objetivo de promover e facilitar uma participação maior da sociedade civil nos órgãos

políticos e áreas técnicas da OEA. Com este propósito, a Comissão criou o Grupo de Trabalho sobre Diretrizes e Estratégias para a Participação da Sociedade Civil nas Atividades da OEA, que se reuniu várias vezes e levou suas recomendações aos órgãos políticos da Organização.

A Secretaria coordenou igualmente a acreditação de 14 organizações da sociedade civil nas atividades da OEA, levando em conta as Diretrizes para a Participação das Organizações da Sociedade Civil nas Atividades da OEA.

Quanto ao seguimento dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas, esta Comissão realizou em 31 de outubro de 2002 uma sessão de que participaram representantes da sociedade civil. Como em ocasiões anteriores, o propósito dessa reunião foi ouvir as recomendações da sociedade civil sobre o seguimento dos mandatos da Cúpula para em seguida transmiti-las à reunião do GRIC, em novembro. Nessa ocasião, o Senhor Miguel Vivanco, Diretor da organização *Human Rights Watch*, fez uma apresentação sobre a situação do sistema interamericano de direitos humanos e o papel da sociedade civil. Da mesma forma, o Secretário Executivo desta Secretaria apresentou um relatório sobre a situação da implementação dos mandatos da Cúpula.

Grupo de Trabalho Conjunto dos Organismos Internacionais

Mediante uma Carta de Entendimento assinada em julho de 2001, estabeleceu-se o Grupo de Trabalho dos Organismos Internacionais, que conta com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE), do Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) e do Banco Mundial. A Secretaria do Processo de Cúpulas da OEA presta os serviços de secretaria do referido Grupo de Trabalho e tem a seu cargo a coordenação de suas atividades.

Este Grupo reuniu-se periodicamente para trocar informações acerca das atividades de seguimento e implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. A Secretaria do Processo de Cúpulas da OEA está encarregada de convocar as reuniões, apresentar uma agenda, redigir a ata das reuniões, compilar os relatórios conjuntos e efetuar o seguimento das decisões aprovadas. Este grupo de instituições participou das três reuniões do GRIC realizadas em 2002, onde apresentou um relatório de atividades relacionadas com o cumprimento dos mandatos da Cúpula. Também se apresentou aos Ministros das Relações Exteriores e aos dirigentes de cada instituição, durante o período de sessões da Assembléia Geral da OEA, um Relatório Hemisférico onde constam todas as atividades levadas a cabo pelos membros desse grupo de trabalho em cumprimento de mandatos da Cúpula. O Grupo também preparou e apresentou a publicação dos *Documentos Oficiales del Proceso de las Cumbres de las Américas de Miami a Québec*.

Em 1º de outubro de 2002, realizou-se, a convite do Presidente do BID e do Secretário-Geral da OEA, a primeira reunião dos dirigentes de todos os organismos que integram esse Grupo de Trabalho, com o objetivo de reforçar a coordenação e a cooperação na implementação dos mandatos da Terceira Cúpula das Américas. Nessa reunião, propôs-se realizar atividades conjuntas e fortalecer o apoio às reuniões ministeriais.

Atividades com as organizações da sociedade civil

No âmbito da Assembléia Geral em Barbados, a Secretaria do Processo de Cúpulas organizou uma sessão de trabalho com mais de 30 organizações não-governamentais, o Secretário-Geral e vários Ministros das

Relações Exteriores de Estados membros, para discutir o papel da sociedade civil na implementação dos mandatos da Cúpula das Américas. Esse diálogo abordou temas como a forma de tornar os governos mais responsáveis em relação ao fortalecimento da democracia, à proteção dos direitos humanos e ao cumprimento de outros mandatos conferidos nas Cúpulas das Américas.

Por outro lado, na Primeira Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Cultura, cerca de 20 representantes da sociedade civil e quatro Ministros da Cultura dialogaram em torno do Plano de Ação de Cartagena e, em especial, sobre a diversidade cultural e outras questões relativas à cultura e à equidade. Também definiram estratégias de colaboração na formulação de políticas do setor. Apresentou-se uma declaração incorporando contribuições dos setores do cinema, rádio, livros e televisão, e detalhando a importância da livre expressão em seus trabalhos.

Com a idéia de fortalecer as relações com a sociedade civil, a Secretaria manteve a página na Internet atualizada com informações pertinentes. Também atualizou o banco de dados das organizações não-governamentais acreditadas junto à OEA e daquelas que participaram da Cúpula das Américas. Criou igualmente uma conta de correio eletrônico a fim de reforçar as comunicações com as organizações da sociedade civil, enviando e recebendo documentos relacionados com o tema. Finalmente, esta Secretaria produziu, com o Departamento de Informação Pública da OEA, um número especial da revista eletrônica *Américas Fórum*, a fim de promover o intercâmbio de experiências em torno da participação da sociedade civil nos organismos multilaterais do Hemisfério.

Divulgação do Processo de Cúpulas

Num esforço para divulgar informações sobre a implementação dos mandatos da Cúpula das Américas, a Secretaria do Processo de Cúpulas publicou três edições do *Boletín de las Cumbres de las Américas*. Trata-se de um boletim opinativo sobre vários temas da Cúpula das Américas distribuído aos governos, ONGs, instituições acadêmicas, *think thanks* e jornais de toda a região.

Por outro lado, a Secretaria participou dos seguintes eventos, ou neles fez apresentações e, em alguns casos, prestou apoio aos mesmos:

- Segunda reunião do fórum Interparlamentar das Américas, México, março de 2002
- III Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais, Miami, 11 e 12 de junho de 2002
- Conferência Hemisférica sobre a Redução da Vulnerabilidade aos Perigos Naturais, Tampa, Flórida, 12 a 14 de junho de 2002
- XXIX Curso de Direito Internacional, Rio de Janeiro, Brasil, 18 a 21 de agosto de 2002
- Apresentação na Universidade de Laval, Québec, 10 a 12 de setembro de 2002, *Le Sommet de Québec, un an et demi après : bilan et perspectives*
- Conferência Segurança e Desenvolvimento, Desafios na América Latina e no Caribe, Washington, 20 de setembro de 2002
- Conferência sobre os Desafios do Sistema Interamericano, Universidade de Georgetown, Washington, 2 de dezembro de 2002

Apoio ao Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas

A Secretaria do Processo de Cúpulas apóia técnica e logisticamente o Grupo de Trabalho Encarregado de Elaborar o Projeto de Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos do Conselho Permanente da OEA. Neste sentido, colaborou com a preparação de

seu Plano de Trabalho e apresentou um projeto para a criação de um fundo específico destinado a financiar a participação dos representantes dos povos indígenas na discussão do projeto de declaração.

A Secretaria apoiou as sessões do Grupo de Trabalho sobre o quinto capítulo do Projeto de Declaração, com especial ênfase nas formas tradicionais de propriedade e sobrevivência cultural, direito a terras e territórios, em especial na sessão de 7 e 8 de novembro de 2002, de que participaram representantes dos Estados membros e dos povos indígenas de vários países, bem como nove peritos da Alemanha, Bélgica, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador e Estados Unidos, entre outros. No quadro de um diálogo técnico, este evento examinou os progressos no direito internacional e nacional, a doutrina e a prática com relação às formas tradicionais de propriedade, terras, territórios e recursos naturais.

Da mesma forma, apoiou a Sessão Especial do Grupo de Trabalho para continuar examinando o Projeto de Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que se realizou de 24 a 28 de fevereiro de 2003 em Washington. Criou também uma conta de correio eletrônico (summitindigenas@oas.org) a fim de enviar e receber documentos relacionados com o tema, e um banco de dados com 354 entradas. Administrou igualmente o Fundo Específico para Apoiar a Elaboração da Declaração Americana, que contou com contribuições do Brasil, Canadá, Estados Unidos e Finlândia.

Outras atividades

A Secretaria do Processo de Cúpulas administra a página da Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental na Internet, mediante a qual os Ministros do Transporte se comunicam e onde publicam seus relatórios de seguimento sobre o tema.